

CORREIO NACIONAL

POR FERNANDO MOLICA

Roque de Sá/Agência Senado



Eduardo Braga aceitou várias alíquotas menores

Prós e contras das benesses de relatório da reforma

O relatório do senador Eduardo Braga (MDB-AM) que trata da reforma tributária abriga tantas exceções à alíquota geral do eventual futuro imposto único que gerou simpatias até mesmo na oposição. Líder do PL, Carlos Portinho (RJ) se disse feliz pelo fato de Braga ter acatado emendas de sua autoria que beneficiam a área de turismo (inclusive os bares e restaurantes)

Dúvida

Portinho, porém, afirma não ter definido se votará a favor da Proposta de Emenda Constitucional. Diz que precisa estudar o texto, discuti-lo com o PL. Frisa temer o peso do imposto. Na Câmara, 20 deputados do partido foram favoráveis à PEC, o que gerou uma crise.

Aumento geral

O senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da Oposição, também prevê um aumento da alíquota geral. No início da noite de ontem, aguardava uma análise de sua assessoria sobre o relatório. Ele apresentou emenda fixando em 20% o percentual a ser cobrado de todos.

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Max Lemos cobra dívida de R\$ 300 milhões

Alexandre Silveira: ou paga ou será convocado

O deputado Max Lemos (PDT-RJ) conseguiu do PSD o compromisso de votar a favor da convocação do ministro Alexandre Silveira, de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos à comissão que trata do tema. A bancada queria transformar a convocação em convite — afinal, Silveira é do PSD. Lemos alegou que o mi-

nistro evita recebê-lo para escapar da cobrança do pagamento, pela Eletro-nuclear, de R\$ 300 milhões a Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro. O dinheiro é para compensar a construção da usina Angra 3 e, segundo ele, está para ser pago desde 2009. Foi feito um acordo: se Silveira não resolver a parada, será convocado.

Prejuízo 1

O Ministério Público do Rio entrou com uma ação contra o ex-governador Pezão e o ex-presidente do Rioprevidência. Alega que eles foram responsáveis por um prejuízo de R\$ 912 milhões ao fundo. Isso, devido a uma operação que visava aliviar o caixa do governo.

Leva um recado

A oposição no Senado avalia que mandou recado ao governo ao derrotar ontem a indicação de Igor Albuquerque Roque para o cargo de defensor público-geral da União. Diz que Lula será novamente derrotado se optar por Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal.

Prejuízo 2

Segundo o MP, em troca de R\$ 8,4 bilhões, o governo cedeu, para investidores estrangeiros, direitos de futuras arrecadações dos royalties do petróleo: cerca de R\$ 32,3 bilhões até 2028. O descumprimento de cláusula de contrato gerou o prejuízo adicional de quase R\$ 1 bi.

Poder de Cunha

Sabe o Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara cassado pelos colegas e que acabou na cadeia? Em 2022, depois de ser solto, tentou nova vaga de deputado, não foi eleito. Mas não abre mão da rotina e do poder: vai todas as terças para Brasília e volta pro Rio na quinta.

Senado aprova desoneração e governo estuda veto

Medida, que desonera 17 setores e reduz gastos de 3 mil municípios brasileiro segue para sanção do presidente Lula

Waldemir Barreto/Agência Senado



Para Coronel, inclusão dos municípios é questão de justiça

O plenário do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (25), o projeto de lei nº 334/2023, que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia até 2027. O texto segue para sanção presidencial. Além disso, o projeto também permite a redução de tributos de 20% para 8% da alíquota da contribuição previdenciária paga por pequenos municípios. A medida vale somente para cidades com até 142.633 habitantes e que não recebem cota reserva do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A expectativa é alcançar 3 mil municípios sejam contemplados.

A medida preocupa o governo federal. O projeto de lei representa uma perda de arrecadação anual de R\$ 9 bilhões em renúncia fiscal para os municípios e de R\$ 9,2 bilhões na desoneração dos setores privados. Com isso, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estima que o governo federal terá que lidar com um rombo de pelo menos R\$ 18 bilhões na sua arrecadação, a partir do ano que vem. Diante disso, o governo estuda a hipótese de vetar o projeto.

Transporte rodoviário
Durante a sessão, o relator da medida na Casa, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), acatou o destaque do senador

Ciro Nogueira (PP-PI). Nogueira propôs que a alíquota de contribuição previdenciária das empresas de transporte rodoviário coletivo de passageiros deixasse de ser em 2% e fosse fixada em 1%.

“Essa manutenção da desoneração é de suma importância para a manutenção desses postos de trabalho. E, no quesito das prefeituras municipais do Brasil, é questão de justiça reduzir essa alíquota. É meritório, tudo acontece nos municípios. Nós não podemos sacrificar esses municípios brasileiros que tem uma população abaixo de 142 mil habitantes. Porque quem tem uma população acima tem

um incremento no fundo de participação”, disse o relator.

A desoneração da folha é um mecanismo que permite às empresas dos setores beneficiados o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. A permissão foi introduzida há 12 anos para algumas áreas e atualmente abrange 17 setores. Os parlamentares tinham pressa para aprovar a medida já que o antigo modelo se encerrava em dezembro deste ano.

E como a desoneração da folha é a diminuição dos tributos que o empresariado brasileiro teria de pagar ao governo re-

lativo a seus colaboradores, ela tende a gerar novos empregos. Estima-se que a desoneração da folha é responsável por mais de nove milhões de empregos.

A medida contempla os setores que mais empregam no Brasil. Sendo eles: industrial (couro, calçados, confecções, têxtil, proteína animal, máquinas e equipamentos), construção (civil e empresas de construção e obras de infraestrutura), transportes (rodoviário de cargas, metroferroviário e rodoviário de passageiros urbanos) e serviços (comunicação, call center, tecnologia da informação e tecnologia da informação e comunicação).

Dependência do Brasil em fabricar vacinas preocupa

Nota técnica da organização da sociedade civil Oxfam Brasil chama atenção para a falta de autossuficiência do país em produzir vacinas. De acordo com o documento Capacidade de Produção de Vacinas no Brasil, o país importa 90% da matéria-prima para fabricar vacinas e medicamentos e 50% para produzir equipamentos médicos.

A nota ressalva, porém, que o Brasil conta com instituições de ponta na produção de vacinas, como o Instituto Bio-Manguinhos, da Fiocruz, e o Instituto Butantan, que é o décimo maior produtor de vacinas no mundo.

“No entanto, o país está longe de ser autossuficiente: enquanto a China tem mais de mil fábricas produtoras de IFA24 [matéria-prima das vacinas], no Brasil esse número é por volta de 15”, diz o documento. “Hoje o mundo fica à mercê das tendências no relacionamento entre China, Estados Unidos e Europa, principalmente em



Organização destaca dependência do Brasil na produção

meio às tensões em torno da guerra entre Rússia e Ucrânia”, acrescenta.

O relatório da Oxfam destaca que o SUS está sobrecarregado, com cerca de meio milhão de pessoas na fila para a realização de procedimentos eletivos, e alerta que o país precisa se preparar para novas demandas no futuro, como novos surtos de doenças infecciosas.

“A vacinação reduziu for-

temente as infecções por covid-19, mas especialistas temem novos surtos e alertam para o perigo da redução na procura pelas doses de reforço. Ao mesmo tempo, há a necessidade de preparar o sistema de saúde para eventos futuros que possam pressionar a demanda por cuidado, tal como o envelhecimento da população previsto para as próximas décadas e as mudanças climáticas”.

Seguranças nas escolas

Os primeiros 774 seguranças privados que vão fazer a vigilância em escolas do estado de São Paulo começam a atuar esta semana. A contratação de mil vigilantes foi anunciada pelo governador Tarcísio de Freitas, em abril, como uma das medidas preventivas após o ataque ocorrido na Escola Estadual Thomazia Montoro, na zona oeste, que deixou uma professora morta e quatro feridos. Esta semana, mais um ataque em uma escola de Sapopemba, na zona leste da capital, resultou na morte de uma adolescente.

Dos contratados agora, que iniciam o trabalho até esta sexta (27), 242 vão prestar serviço em escolas da capital e região metropolitana. São Paulo tem 5,3 mil escolas estaduais. Os vigilantes estarão desarmados. “Para alocação dos vigilantes, as escolas foram selecionadas pelas 91 diretorias regionais de ensino com base em critérios como vulnerabilidade da comunidade e convivência no ambiente escolar”, destacou, em nota, o governo.

Foram investidos R\$ 70 milhões no projeto, segundo

dados do governo. Na região administrativa do ABC, esses profissionais começaram a trabalhar na segunda (23). A licitação segue em andamento para a contratação dos outros 226 profissionais.

A Secretaria de Educação definiu como regra que as empresas vencedoras da licitação contratem seguranças homens e mulheres com formação profissionalizante na área sem antecedentes criminais.

Ao longo do ano, o governo de SP também contratou 550 psicólogos para as escolas.

Comissão nacional de HIV/ Aids é reestruturada

O Ministério da Saúde reestruturou a Comissão Nacional de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis com o objetivo de elaborar políticas públicas proteção e promoção da saúde, no SUS.

Além de subsidiar os órgãos de saúde sobre as políticas públicas, o grupo vai promover a articulação entre setores do governo, da sociedade civil e deverá elaborar relatórios periódicos com propostas e encaminhamentos que serão apresentados à Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente do Ministério da Saúde.

A comissão será coordenada pelo Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis e composta por 35 membros com respectivos suplentes. São representantes da Comissão de Gestão em HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis, que foi retomada pelo Ministério da Saúde em julho deste ano, e por outros órgãos de saúde. Também haverá participação de redes e movimentos da sociedade civil, assim como de conselhos de profissionais que atuam na área. Cada membro terá mandato de dois anos e poderá ser reconduzido.

O documento prevê também a participação de convidados de órgãos e entidades públicos ou privados e especialistas para as discussões técnicas, elaboração de documentos e orientações.